

MOÇAMBIQUE PRECISA URGENTEMENTE DE UMA REGULAMENTAÇÃO COMERCIAL QUE FUNCIONE:

Comerciantes Bangladeses abusam do seu poder económico em prejuízo aos pequenos agricultores sob olhar impávido dos governos locais





Depoimentos de produtores em Mocuba indicam que, no mesmo bairro ou unidade comunitária, os comerciantes Bangladeses praticam mais de cinco preços diferentes, alterando-os de três a quatro vezes ao dia, quase sempre sob o olhar impune das autoridades.





Agricultura em Moçambique tem sido amplamente considerada como a base do desenvolvimento e, conseqüentemente, o motor para erradicar a pobreza no país. Ela é crucial não apenas para o consumo e melhoria dos indicadores de desnutrição crónica¹, mas também como fonte de renda para a maioria das famílias moçambicanas, especialmente aquelas residentes em zonas rurais. Assim, a comercialização agrícola em Moçambique é vista como fundamental para o estímulo da produção agrícola, geração de renda para os produtores e, em suma, para o desenvolvimento económico do país.

No entanto, em Moçambique a comercialização agrícola ocorre por meio de uma rede desorganizada e cheia de lacunas, que permite cada vez mais a “exploração” indevida dos pequenos produtores Moçambicanos. Estes vendem seus produtos aos comerciantes Bangladeses, com ou sem a intermediação dos “Mukheritas”², enquanto que os comerciantes Bangladeses adquirem os produtos agrícolas a preços que lhes convêm, geralmente abaixo

dos custos incorridos pelos produtores, aproveitando-se da falta de fiscalização das autoridades locais no comércio e do reduzido conhecimento dos pequenos produtores sobre a legislação comercial vigente. Os Bangladeses revendem esses produtos, a preços relativamente maiores, aos comerciantes Indianos em Nacala, que os utilizam para processos de baixa transformação ou mesmo para exportação em seu estado primário. Enquanto isso, os comerciantes Bangladeses, mais organizados e com recursos financeiros, exportam esses produtos para vendê-los em mercados mais organizados e lucrativos. Portanto, em toda a cadeia de valor, os pequenos produtores são os menos beneficiados.

Depoimentos de produtores em Mocuba indicam que, no mesmo bairro ou unidade comunitária, os comerciantes Bangladeses praticam mais de cinco preços diferentes, alterando-os de três a quatro vezes ao dia, quase sempre sob o olhar impune das autoridades.

Os agricultores clamam pela intervenção do governo, que muitas vezes está ausente ou, quando presente, é associado a actos de corrupção. Os fis-

¹ Predominantes no país, principalmente na região rural.

² Uma espécie de agente local de intermediação na comercialização agrícola. Ele serve de ponte.

cais da Inspeção Nacional das Actividade Económicas não agem diante dos preços praticados muito abaixo dos custos de produção. O poder económico dos comerciantes Bangladeses reduz quase a zero a voz dos pequenos agricultores, já que muitas vezes há um conluio entre esses comerciantes e os fiscais, que assistem impunemente essas acções.

Relatos de uma agricultora na província da Zambézia, distrito de Mocuba, membro de uma cooperativa, revelam que, na última época, produziu quase 130 toneladas de milho. No entanto, devido à falta de uma estrutura comercial adequada e viável, acabou vendendo seus produtos por um preço muito abaixo do valor do mercado a um comerciante Bangladês. Ao calcular o esforço empregado e o valor obtido pela produção na mesma época, o resultado desestimulou a continuidade do esforço, levando à redução da produção na época seguinte. Esses comerciantes compram os produtos a um preço que lhes convém, sem considerar os outros membros da cadeia de valor, priorizando os seus próprios lucros, afirmou a produtora.

Além disso, os produtores mencionam que “se um agricultor produz 5 sacos de milho e vende 2 sacos, mantendo 3 para consumo, isso significa que o pro-

ductor na próxima época vai reduzir sua produção para 4 sacos. No entanto, se ele vender 3 e consumir 2 sacos, isso pode levar a um aumento na sua produção para 6 ou 7 sacos, visando aumentar a parte da produção vendida”. Isso evidencia o papel da comercialização, em geral, e dos preços, em particular, para estimular a produção agrícola.”

Ainda em Mocuba outros produtores indicaram que, na mesma época, houve quem preferiu consumir seus produtos ou até mesmo deixá-los armazenados em casa ao invés de vendê-los, devido aos preços muito baixos de venda.

A ausência de normas é evidente. E, quando existem, muitas vezes são desconhecidas pelos produtores. As autoridades locais e os comerciantes Bangladeses aproveitam-se disso em detrimento das comunidades mais vulneráveis, os pequenos agricultores. Normas claras e fiscalização adequada seriam importantes para reduzir o poder de barganha dos comerciantes que se aproveitam das poucas alternativas dos pequenos produtores, comprando seus produtos a preços baixos. Para além dos baixos preços que prejudicam os produtores na comercialização agrícola, os ajustes das balanças prejudicam os produtores em benefício dos comerciantes, sob o olhar complacente das autoridades.





Além disso, os produtos locais têm limitações para serem comercializados nos estabelecimentos locais, pois os produtores não possuem a documentação de legalização. Mesmo àqueles que possuem licença é exigido um certificado de qualidade, um requisito praticamente proibitivo, já que nem mesmo instituições mais organizadas e lideradas por pessoas mais letradas têm facilidade de acesso a este documento.

A identificação destes desafios da comercialização agrícola foi feita durante um *workshop* sobre Regulamentação Fiscal, Comercial e das Cadeias de Valor em Moçambique. Este evento ocorreu na Província da Zambézia, no distrito de Mocuba, no dia 05 de dezembro, organizado pelo Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em colaboração com a OXFAM Moçambique e a Associação para o Desenvolvimento Comunitário (NANA). Do *workshop* também vieram possíveis soluções dos vários intervenientes presentes na ocasião.

A falta de organização e união entre os agricultores é uma das barreiras para influenciar os preços. Ao se organizarem em cooperativas ou associações, os agricultores podem ganhar mais poder de barganha. Juntos têm a capacidade de negociar melhores preços para seus produtos e estabelecer relações

mais equitativas com intermediários e compradores. Assim é crucial que as políticas governamentais apoiem essa organização dos agricultores, incentivando a formação de cooperativas, fornecendo capacitação e orientação técnica, além de investir em infraestrutura que facilite o escoamento dos produtos para mercados mais lucrativos e estruturados.

Além disso, a questão do escoamento dos produtos é essencial. Muitas vezes, os agricultores enfrentam dificuldades para alcançar mercados mais estruturados, como o de Nacala, devido à falta de infraestrutura de transporte e logística. Investimentos em estradas, transporte e melhores conexões de mercado podem abrir oportunidades para os agricultores alcançarem esses locais. A influência na determinação dos preços está ligada não apenas à capacidade de negociação, mas também à qualidade da regulamentação.

É preciso apostar em normas muito mais claras e que se encaixam ao contexto local. A falta de normas claras e inclusivas no contexto local tem sido um desafio significativo para os agricultores. Normas explícitas são essenciais para regular e orientar as práticas comerciais, garantindo transparência e equidade ao longo das cadeias de valor agrícola. Elas podem abordar questões como padrões de



qualidade, preços mínimos aceitáveis, condições de negociação e responsabilidades dos intermediários.

Além disso, a inclusividade das normas é fundamental para proteger os interesses de todos os envolvidos na comercialização agrícola, especialmente os pequenos produtores. Ao estabelecer normas que considerem as suas necessidades e as realidades locais, é possível promover relações mais justas e equitativas entre os produtores, compradores e intermediários. Para promover a qualidade da regulamentação é importante envolver não apenas o governo, mas também a participação activa dos

agricultores, associações locais, organizações não governamentais e outros *stakeholders* relevantes. Essa abordagem colaborativa pode garantir que as normas sejam representativas das necessidades reais dos produtores e promover um ambiente de comércio mais justo e transparente.

Ademais, a implementação efectiva dessas normas requer uma fiscalização adequada para garantir o cumprimento e a aplicação justa das regras estabelecidas. Isso pode exigir investimentos em capacitação, recursos humanos e sistemas de monitoramento que permitam a supervisão e garantia de conformidade com as normas estabelecidas.



Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.

Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Autor: Salvado Raisse
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

